

ATA nº 520/2021

8ª Reunião Ordinária – CMDCA

Ao décimo nono dia do mês de outubro de dois mil e vinte um, as oito horas e trinta minutos, reuniram-se no salão Ouro Negro os seguintes conselheiros (as): Edson dos Santos Silva (Gabinete); Beatriz Eyng Jocken de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação); Solange Castagnel (Secretaria Municipal de Educação); Carolina Sônego Spillere (Secretaria Municipal de Assistência Social); Juliane Abel Barchinski (Secretaria Municipal de Assistência Social); Fernanda Cardoso Valentim (Secretaria Municipal de Saúde); Angela Maria Silva (Fundação Municipal de Esportes – FME); Jansen Comin Toledo dos Santos (Procuradoria-Geral do Município); Edivilson Manoel Pereira (Associação Academia de Futebol Criciúma); Claudimir dos Santos (Associação Academia de Futebol Criciúma); Nádia de Souza Paz (AFASC); Nair Medeiros Goularti (AFASC); Carla Fernanda Medeiros Febel (APAE); Otávio Nunes Neto (Bairro da Juventude); Fabiana Pirola Goulart (CIEE); Santina Arceno Pereira (Associação Beneficente Nossa Casa); Thayara Heitich Pedro (Associação Beneficente Nossa Casa); Viviane Hofman Garcia (Casa Guido); Mirella Sombrio (Cruzeiro do Sul). **Justificativas:** Patricia Vedana Marques (Secretaria Municipal de Assistência Social). **Ouvintes:** Mônica Amorim (Casa da Infância); Vanderleia Alexandre (Conselho Tutelar I); Andréia Machado (Conselho Tutelar I); Rosilene da Silva (Conselho Tutelar II); Ana Claudia Moreira (Happy Face).

1. Levantamento do quórum;
2. Correspondências Recebidas; **3. Comissão FIA;** **4. Comissão de visitas;**
5. Comissão Comunicação; **6. Escuta Qualificado;** **7. Assuntos gerais.**

Assumiu a presidência da reunião o Senhora Solange Castagnel que designou para secretariar e registrar a ATA Pâmela Fidelis Ghisi. **1. Levantamento do quórum.** A presidente iniciou a reunião fazendo o levantamento do quórum dos conselheiros presentes e saudou a todos. A seguir procedeu a discussão e aprovação da pauta do dia e a ATA nº 519. **2. Correspondências Recebidas.**

2.1 Recebido memorando nº 785/2021 da Secretaria de Assistência Social referente a substituição de conselheiros no qual o titular ficará Patricia Vedana Marques e a suplente Juliane Abel Barchinski. **2.2** Recebido memorando nº 1506/SME/2021 da Secretaria de Educação referente a substituição de conselheiros no qual o titular ficará Beatriz Eyng Jocken de Oliveira e a suplente Morgana Aparecida Rosa. **2.3** Recebido memorando nº 4013/2021 da Procuradoria e ofício nº 1718/2021/ATUA do Ministério Público referente a solicitação da cópia integral de todos os registros relativos à prática de conduta ilícita pela representada Rosilene da Silva, foi enviada toda a documentação conforme solicitado. **2.4** Respondido o memorando nº 3736/2021 referente a solicitação de análise da possibilidade de estudo e atualização da legislação do Conselho Tutelar e informamos que o Conselho Tutelar é vinculado com o Gabinete e que o CMDCA não tem equipe técnica para suporte e análise desse encaminhamento. **2.5** Recebido memorando nº 3903/2021 da Procuradoria e ofício nº 1592/2021/ATUA referente a esclarecimentos dos encaminhamentos sobre as capacitações dos órgão da Rede de Proteção da Infância, realizados nos anos de 2019, 2020 e 2021, comprovando documentalmente. A presidente Solange lembra a todos que em algumas plenárias foi discutido esse assunto e

48 foi respondido que em 2019 o CMDCA fomentou junto à Secretaria de
49 Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Tutelar a
50 elaboração do planejamento de formação continuada que foi enviado em
51 comum acordo entre os envolvidos ao Ministério Público conforme recebimento
52 das orientações e em 2020 o CMDCA fomentou junto à rede, as formações
53 propostas junto ao Conselho Tutelar a formação dos conselheiros pra uso do
54 SIPIA, foi solicitando formação/capacitação para todos os 10 Conselheiros
55 Tutelares, tendo como ministrante a conselheira Municipal e Estadual da
56 Criança e do Adolescente, Graziela Gabriel e em 2021 o CMDCA fomentou
57 junto à Rede Direitos e Garantias, o término e publicação do “Protocolo
58 Municipal de Ações Intersetoriais para Atendimento Integral às Crianças e
59 Adolescentes em Situação de Violência Sexual no Município de Criciúma” e
60 para finalizar foi informado que neste momento estamos fomentando a
61 organização das discussões do Comitê de Escuta Qualificada / depoimento
62 especial junto a DPCAMI, Ministério Público e as Secretarias Municipais com
63 reuniões marcadas. **2.6** Recebido memorando nº 769/2021 da Secretaria de
64 Assistência Social em a resposta do memorando nº 067/2021/CMDCA
65 referente a uma solicitação do Ministério público quanto ao serviço que temos
66 no município de Criciúma, a Educação e Saúde responderam e o Social não
67 havia respondido, então foi encaminhado a resposta para o Ministério Público
68 com os dados que havíamos e recebemos tarde a resposta do Social e
69 enviamos atrasado, a mesma lê o memorando para os conselheiros. **2.7** A
70 presidente finaliza complementando e deixando todos cientes que o CMDCA
71 ainda a respeito do documento do Diário Oficial sobre o fluxo das violências,
72 tinham algumas coisas que não cabiam ao Conselho que era a organização do
73 termo de cooperação entre as organizações que trabalham com crianças e
74 adolescentes, como por exemplo a delegacia civil, polícia militar e os hospitais,
75 então é necessário redigir um termo de cooperação para ser assinado. Foi
76 enviado para a Procuradoria um memorando com essa solicitação e
77 respondido com o modelo de cooperação técnica que deve ser seguido e o
78 memorando será redirecionado a Secretaria de Saúde aos cuidados de Ana
79 Losso a qual é responsável direta. **3.Comissão FIA. 3.1** A conselheira Nádia
80 toma a palavra, expõe que foi recebido ofício nº 026/2021 da Casa da Infância
81 Associação Beneficente referente o projeto “Clicando na Vida” no valor total de
82 R\$ 47.170,00 (quarenta e sete mil, cento e setenta reais) aprovado pelo Edital
83 002/2019 FIA e solicitam pleitear a prorrogação do período de captação por
84 mais 12 meses. Parecer da comissão é favorável. A mesma deixa aberto para
85 votação e é aprovado por unanimidade. **3.2** Recebido ofício nº 011/2021 da
86 Academia de Futebol Criciúma referente ao novo projeto “Descobrimo
87 Talentos” no valor total de R\$ 31.475,00 (trinta e um mil, quatrocentos e
88 setenta e cinco reais) aprovado pelo edital 002/2018 FIA, para captação de
89 recursos por meio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA/Criciúma, com
90 validade de doze meses. Após a leitura de todo o projeto para os conselheiros
91 e o parecer da comissão favorável, a mesma deixa aberto para votação para
92 pleitear a certificado para captação de recursos e é aprovado por unanimidade.
93 **3.3** Recebido ofício s/n da Associação Desportiva pé na Bola Cabeça na Escola
94 referente ao novo projeto “Meninas Carvoeiras II” no valor total de R\$
95 476.250,00 (quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais)

aprovado pelo edital 002/2018 FIA, para captação de recursos por meio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA/Criciúma, com validade de doze meses, o projeto foi diligenciado e já está arrumado. Após a leitura de todo o projeto para os conselheiros e o parecer da comissão favorável, a mesma deixa aberto para votação para pleitear a certificado para captação de recursos e é aprovado por unanimidade. **3.4** Recebido ofício nº 105/2021 da Sociedade Cultural Cruzeiro do Sul referente ao novo projeto “Cultura, Esporte e Lazer – Cidadania na Infância e Adolescente” no valor total de R\$ 438.875,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais) aprovado pelo edital 002/2018 FIA, para captação de recursos por meio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA/Criciúma, com validade de vinte e um meses, o projeto foi diligenciado e já está arrumado. Após a leitura de todo o projeto para os conselheiros e o parecer da comissão favorável, a mesma deixa aberto para votação para pleitear a certificado para captação de recursos e é aprovado por unanimidade. **3.5** Com relação ao Edital de captação, a conselheira Nádia lembra a todos que na reunião ordinária do dia 14/09/2021 foi avisado que a comissão encaminhou um memorando nº 090/2021 para Procuradoria analisar o Edital e encaminharam o Parecer Jurídico nº 390/2021, onde a conselheira Nádia faz a leitura das alterações aos conselheiros e comunica as sugestões que a conselheira Mirella pontuou, como por exemplo, rever as questões das OSCs só poderem usar o recurso se captar um valor igual ou superior a 60%, a conselheira Nádia expõe que conversou com a Presidente Nair Medeiros Goularti do Conselho do Idoso e no Edital deles foi diminuído o percentual para 30% e foi aprovado pelos conselheiros, deixa isso para os conselheiros decidirem. O conselheiro Otávio Nunes Neto pede a palavra, observa que quando um projeto é aprovado o objeto não pode ser alterado, portanto, o percentual precisa dar conta do objeto do projeto, então o apostilamento pode ser feito desde que se dê conta do objeto senão terá que adequar a composição não alterando o objeto, sendo assim, o percentual tem que ser pensado pelos conselheiros para que não cause dano para a organização, ou seja, lançado uma proposição de que não seja viável. Quando esse percentual é de 60% poderia se manter o objeto da maioria dos projetos e alguns, dependendo não são possíveis, é nessa perspectiva que é necessário pensar, o objeto do projeto precisa ser cumprido. A conselheira Mirella pede a palavra, explana que poderia colocar esta observação do conselheiro Neto expôs no Edital desde que não haja alteração no objeto do projeto, após explanar suas sugestões para os conselheiros, finaliza sugerindo colocar o percentual de 30% para captação. A conselheira Carla Fernanda Medeiros Febel pede a palavra, manifesta que a fala do conselheiro Neto é fundamental e não consegue imaginar um projeto que tenha uma extensão de 100% tornar-se viável em uma extensão de 30% sem perder a qualidade, sugere que captar até 50% seja viável, menos do que isso não seria possível. A presidente Solange toma a palavra, expressou que em vez de 60% será reduzido no mínimo até 50% ou permanece o 60% e coloca em votação, o 50% é aprovado por unanimidade. A conselheira Nádia retoma a leitura do Edital onde foi alterado, no capítulo VII das apresentações do projeto teve uma alteração que foi encaminhado pela procuradoria, no art.11, Parágrafo 6º As despesas previstas no item anterior, poderão representar até 30% do valor total do projeto, cabendo à equipe de

144 análise avaliar a pertinência dos itens previstos e o valor proposto. Então esse
145 item foi revogado pela Lei 13.204/2015 e o novo texto que foi dado pela mesma
146 Lei expõe que custos indiretos necessários a execução do objeto seja qual for
147 a proporção em relação ao valor total da parceria, passa a ser permitido, porém
148 a comissão chegou a um consenso de que possa estabelecer esse percentual
149 em até 20% do valor da proposta e abre para sugestões. Explica que os custos
150 indiretos poderão ser previstos em um projeto que contribua para
151 sustentabilidade da entidade e para a boa execução do projeto, incluindo
152 assessoria jurídica, contábil, administrativa e de comunicação, despesas de
153 custeio como energia, água, internet, telefone, materiais de consumo, serviços
154 gerais e entre outras não descritas no item. Até então o valor era de 15% pela
155 Lei e esse percentual foi revogado, mas a comissão acha viável manter o
156 percentual de 20%. A conselheira Mirella pede a palavra, declara que seu voto
157 é a favor da Procuradoria pela Lei ter sido revogada, portanto vota pela retirada
158 assim como está no Parecer Jurídico. A mesma explica que a Lei do Marco
159 Regulatório enquanto Conselho aprovou uma Resolução que tem que estar
160 prevista no Edital, sobre o captador de recurso de 10%, a Lei 13.019/2014 é
161 obrigatório a questão da assessoria jurídica e da assessoria contábil e existe
162 uma tabela da OAB que é mais de 10%, então acha que o percentual tem que
163 ser aumentado, pois tem OSCs que podem fazer projetos e pagar durante o
164 período do projeto despesas de água e energia. A presidente Solange coloca
165 em votação até 15%, 20% ou 30% e é aprovado por unanimidade até 30%. A
166 conselheira Nádia retoma a palavra, explana que houve uma pequena
167 alteração no capítulo IX do conteúdo dos projetos, Art. 14, inciso IV, Parágrafo
168 1º O conteúdo do projeto deverá estar sempre em conformidade com as
169 exigências do sistema GERR e suas possíveis alterações à publicação deste
170 edital. No capítulo XI análise, avaliação e aprovação dos projetos teve uma
171 alteração com sugestão da Procuradoria que é de que se estabeleça um prazo
172 de tempo para avaliação das propostas, a mesma faz a leitura do antigo
173 parágrafo 1º, art. 20 e finaliza complementando que a presidente Solange
174 sugeriu que fosse alterado para 30 dias antes da plenária, elaborando uma
175 descrição mais detalhada de como funciona e pressupõe um exemplo de como
176 seria para os conselheiros. A presidente Solange coloca em votação a
177 sugestão de 30 dias e uma descrição mais detalhada como a conselheira
178 Nádia explicou e é aprovado por unanimidade. A mesma coloca em votação
179 para aprovação o Edital de Chamamento Público de proposta para seleção de
180 projetos para autorização para captação de recursos por meio do Fundo
181 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, relativos à
182 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes do
183 Município de Criciúma e é aprovado por unanimidade. O conselheiro Edivilson
184 Manoel Pereira pede a palavra, pergunta se a Procuradoria não poderia auxiliar
185 o conselho na data para pagamento do projeto, pois tem data para aprovação
186 e depois de aprovado não tem uma data para o dinheiro entrar na conta da
187 OSC, levando mais de 30 dias ou não caberia esse quesito no Edital. O
188 conselheiro Neto responde que a regulação da tramitação interna, a comissão
189 não tem autonomia para definir, acredita pela sua experiência seja o município
190 que determina os prazos e encaminhamentos do recurso dentro dos processos
191 de tramitação interna e finaliza concordando com o conselheiro Edivilson, que

192 deveria ter um prazo. **3.6** A presidente Solange toma a palavra, expõe que o
193 CMDCA tem um valor no Fundo Geral e a comissão pensou em otimizar para
194 as OSCs, primeiro será feito uma readequação no Plano de Ação e Aplicação e
195 posteriormente será lançado outro Edital, a comissão fez um prognóstico com
196 as datas e editaram os moldes do último Edital e não vê necessidade de
197 discussão, pois alteraram somente as datas, fazendo as considerações que os
198 conselheiros tiverem. A conselheira Nádia toma a palavra, expõe que o valor
199 total do Fundo Geral é de R\$ 583.158,13 (quinhentos e oitenta e três mil, cento
200 e cinquenta e oito reais e treze centavos), ainda neste valor existe dois projetos
201 que estão sendo pagos de forma fracionada do Edital 002/2021, o primeiro falta
202 receber um valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e a segunda de 18.000,00
203 (dezoito mil reais). Comunica que foi o pedido da presidente Solange e a
204 comissão trouxe para a pauta da reunião de hoje e avaliaram que em questões
205 de valores o mais viável seria usar cotas de até 20 mil para vinte OSCs,
206 somando um montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a comissão
207 fez a readequação do Plano de Ação e Aplicação baseado no último Edital e os
208 valores da primeira meta, a capacitação, a conferência e a divulgação não
209 foram alterados, a única que terá alteração se for aprovada em plenária seria o
210 Edital do Fundo Geral que se reservou o montante de R\$ 400.000,00
211 (quatrocentos mil reais). A conselheira Juliane Abel pede a palavra, acha que
212 antes de se colocar em votação deveria rever o Plano e saber o que foi
213 executado e o que não foi este ano para os conselheiros terem noção. A
214 presidente Solange recapitula todo o Plano de Ação e Aplicação desde o
215 começo do ano para os conselheiros e finaliza perguntando se alguém tem
216 alguma dúvida. Como não houve nenhuma pergunta a conselheira Nádia
217 retoma a palavra, explica que caso o Edital seja aprovado e for lançado nas
218 próximas semanas, o prazo ficará bem apertado e sobre o cronograma, revela
219 que não sabia que em janeiro o Conselho não tem atividades, então teriam que
220 rever as datas, a comissão fez o lançamento considerando que o Edital
221 precisaria ir para a Procuradoria e que poderia ficar um período de pelo menos
222 15 dias, portanto, se tudo ocorrer dentro do planejado sem nenhuma
223 intervenção, o Edital será lançado no dia 5 de novembro e lê o cronograma
224 para os conselheiros. A conselheira Juliane pede a palavra, observa que no
225 cronograma o prazo será curto, pois só tem mais duas reuniões antes de
226 acabar o ano e lembra a todos que tem a eleição em dezembro, ficando difícil
227 conciliar junto ao Edital. A presidente Solange comunica que a comissão
228 analisará o cronograma e coloca em votação o Plano de Ação e Aplicação
229 apresentado e após discussões sobre o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos
230 mil reais) do plano e como ele pode ajudar muitas OSCs, é aprovado por
231 unanimidade. A mesma continua e coloca o Edital 004/2021 em votação para
232 continuar os trâmites, sendo enviado para o jurídico. A conselheira Mirella pede
233 a palavra, sugere que seja mudado o valor do diagnóstico para o Edital
234 beneficiar vinte e duas OSCs, retirando o 40 mil do diagnóstico passando para
235 o Edital, os conselheiros aprovam essa sugestão. A presidente retoma a
236 palavra e coloca novamente em votação o Edital, com o valor de R\$
237 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) e vinte e duas organizações
238 beneficiadas e é aprovado por unanimidades. Comunica que a comissão FIA
239 analisará o cronograma para ninguém ter dificuldades de montar seus projetos

240 e finaliza dizendo que terá uma extraordinária para aprovação. **4.Comissão de**
241 **visitas. 4.1** A conselheira Viviane Hofman Garcia toma a palavra, expõe a
242 solicitação da renovação de inscrição da OSC Sociedade Cultural Cruzeiro do
243 Sul. A visita foi realizada dia 15/10/2021 e tudo estava de acordo com o
244 protocolo. Parecer da comissão é favorável. A presidente Solange toma a
245 palavra, explica que estavam em reforma, não havia crianças no momento,
246 mas sim em outros espaços e finaliza colocando em votação a reinscrição por
247 mais 4 anos e é aprovado por unanimidade. **4.2** A conselheira Viviane retoma a
248 palavra, comunicado da OSC Centro Social Irmão Walmir, sua sede esta
249 mudando o mantenedor do projeto e terá a troca do CNPJ e que por causa
250 dessa mudança documental, não poderão se reinscrever no momento. A
251 presidente Solange toma a palavra, expõe que a OSC continua em vigência no
252 momento e apenas comunicaram com antecedência para o conselho. **4.3** A
253 conselheira Carla toma a palavra, relata que a OSC INELUR – Instituto Edson
254 Luciano Ribeiro não passou na última plenária por causa do CNPJ de São
255 Paulo, mas tem a intenção de vir para o município de Criciúma e o conselho
256 está no ciclo de vai e volta e é necessário decidir nesta plenária a inscrição da
257 OSC, continua expondo que ela e Viviane leram o Regimento Interno e não
258 existe nada que impeça de ter o CNPJ em outro lugar. A presidente Solange
259 toma a palavra, manifesta que na última reunião as conselheiras Fernanda e
260 Viviane eram novas e as discussões circularam e a mesma leu a ATA e
261 conversou com elas, confessa que teve que entender a justificativa de que não
262 tem CNPJ no município, porém na última reunião foi aceito uma inscrição que
263 não tem CNPJ no município e conforme a explanação da conselheira Carla, o
264 Regimento Interno não reza o CNPJ e na Lei municipal que dispõe das
265 Políticas das crianças e dos adolescentes que institui o CMDCA, também não
266 reza o CNPJ. A mesma explana que na capacitação do dia 18/10/2021,
267 conversou com o formador e o conselho foi de que já que se abriu para
268 algumas sem CNPJ no município que o conselho não retroaja e não trate
269 diferente o que tem de solicitação no momento, o que o conselho deve fazer é
270 o encaminhamento para que mude a parte legal e a partir disso o conselho
271 possa exigir das organizações independentes, os critérios para entrarem no
272 CMDCA do município de Criciúma. A conselheira Mirella pede a palavra,
273 relembra que em 2017 foi dado uma inscrição provisória para uma organização
274 social para ser readequado em um prazo de 6 meses e sugere que para
275 segurança do CMDCA que se pense em uma resolução provisória imediata
276 com os critérios de inscrição no conselho a partir da data de hoje e encerraria
277 esse assunto de CNPJ. O conselheiro Neto pede a palavra, expõe que com
278 relação a resolução é preciso estar fundamentada na lei, então é preciso estar
279 pautada no CONANDA ou algo que dê subsídio que fundamente essa decisão,
280 não se pode fazer uma resolução estabelecendo critérios quando se existe
281 uma legislação maior que possa apontar esses critérios e outro equívoco que o
282 conselho esta tendo é sobre o Regimento Interno que não se deve colocar
283 critérios e sim em uma resolução que determina, portanto, o Regimento Interno
284 é interno, por si só já diz, a partir do momento que a OSC está apta, ela entra e
285 tem acesso e sabe como é toda a regulamentação e os processos, então não é
286 no Regimento que se coloca como uma OSC vai entrar no Conselho. Após
287 discussões foi decidido que a comissão estudará o modelo de legislação e trará

288 a plenária para fazer a readequação. A presidente Solange retoma o assunto
289 da inscrição da OSC INELUR – Instituto Edson Luciano Ribeiro e após
290 discussões do mesmo assunto CNPJ, a leitura da documentação da OSC e o
291 parecer da comissão favorável, a mesma coloca em votação e é aprovado por
292 unanimidade. **5. Comissão Comunicação. 5.1** A presidente pede a palavra
293 para parabenizar a comissão pelo sucesso da capacitação realizada no dia
294 18/10/2021. A conselheira Viviane toma a palavra, expõe que as vinte e duas
295 OSCs inscritas estavam presentes, mas de trinta inscritas oito não participaram
296 e finaliza parabenizando a comissão pelo esforço grandioso principalmente das
297 conselheiras Mirella e Santana. **5.2** A mesma da continuidade no assunto e
298 menciona sobre o planejamento de mídia que a comissão está elaborando,
299 explica que o objetivo é de que todas as OSCs sejam vistas no Instagram do
300 CMDCA e faz a leitura do seu planejamento para todos os conselheiros.
301 Finaliza dizendo que estará disponível para ajudar na parte de mídia das OSCs
302 que não tiverem a sua logomarca, ela também estará se disponibilizando em
303 fazer junto com a OSC. Foi elaborado um formulário para ser enviado para as
304 OSCs cadastradas para preencherem quais são as principais funções das
305 OSCs, para a comissão divulgar. A mesma comunica que para a comissão de
306 visitas será solicitado para cada OSC fazer um vídeo curto falando sobre o
307 trabalho que prestam e a comissão revisará a questão de uso de imagem das
308 crianças e adolescentes e solicita autorização para entrar em contato com cada
309 OSC para coletar informações necessárias, como o nome da OSC, a data de
310 fundação, local da sede, serviços prestados, se oferece outro tipo de serviço,
311 público-alvo e como as crianças chegam até a OSC para serem cadastradas,
312 isso tudo para ter um modelo único para todos terem acesso. A presidente
313 Solange toma a palavra, permite que a conselheira faça contato com as OSCs
314 junto à secretária-executiva. A conselheira Santana pede a palavra, retoma para
315 o assunto do evento da capacitação que foi um sucesso e precisa ser feito o
316 pagamento para quem fez o trabalho, comunica que falou com a conselheira
317 Juliane Abel e a mesma explicou que a nota fiscal tem que ser emitida um dia
318 após o evento, só que é necessário o número do empenho para colocar na
319 nota fiscal e a conselheira Juliane comentou que o sistema está com mudanças
320 e que vai demorar. A conselheira Santana fala que estão cobrando dela e deixa
321 registrado para todos que retornará explicando o ocorrido e pede para a
322 secretaria-executiva solicitar e passar o número do empenho quando o sistema
323 estiver pronto. O conselheiro Neto pede a palavra, deixa claro que não é a
324 culpa de gestão e sim de uma tramitação do governo e sugere para a comissão
325 que encaminhe pelo e-mail uma avaliação do encontro com relação aos
326 principais temas que foram abordados para todos terem subsídio para a
327 próxima formação. **6. Escuta Qualificado.** A conselheira Thayara Heitich Pedro
328 toma a palavra, explana sobre a Resolução referente a execução da Escuta
329 Qualificada, foram feitas reuniões sobre o assunto e o Comitê sugere enviar
330 pelo e-mail a resolução para todos os conselheiros ficarem cientes e fazer uma
331 votação para colocar o Comitê diretamente em prática, pois já foram feitas
332 reuniões e é necessário formalizar perante o conselho. Comunica também que
333 foram pegos modelos da FECAM e com base nesses documentos o comitê
334 formalizou a resolução. A presidente Solange toma a palavra, complementa
335 dizendo que enviará para todos via e-mail, para terem conhecimento e que

336 houve umas pequenas modificações referente as nominatas. **7.Assuntos**
337 **gerais.** A conselheira Carla toma a palavra, explana que o município tem
338 destituído o fórum DCA que é o fórum das entidades, que por conta da
339 pandemia não houve reuniões, então a intenção é o funcionamento da união
340 das OSCs na intenção de se fortalecer e dar essa visão para o CMDCA. É
341 necessário fazer uma reunião do fórum antes da eleição do conselho, pois é
342 obrigatório. A mesma expõe que conversou com o conselheiro Neto já que
343 fazem parte da coordenação do fórum e na conversa pensaram em fazer uma
344 pequena reunião inicial para delimitar e depois convocarem uma reunião online
345 para as instituições, explica que não será eleito ninguém no fórum para ser
346 candidato ao CMDCA, mas sim necessitam de pessoas que votem e finaliza
347 comunicando que despachará via e-mail o link da reunião para as OSCs. A
348 conselheira Santina pede a palavra, declara que é necessário fazer uma
349 comissão para a eleição e pergunta se o CMDCA pode ser considerado como
350 uma comissão, pois falta pouco tempo e precisa ser organizado. A conselheira
351 Carla toma a palavra, responde que não pode e explica que essa comissão
352 tiraria o direito de outras OSCs de se colocarem a disposição, portanto, é
353 preciso convocar. A presidente toma a palavra, explica que o processo de
354 eleição do conselho no Regimento Interno Art. 29, inciso VII, a Comissão
355 Permanente de Capacitação e Mobilização, Conferência e Processos Eleitorais
356 que vai organizar os processos eleitorais que envolvem o Conselho Municipal
357 dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma, dentre os quais eleição
358 de entidades não governamentais para compor o Conselho de Direitos e o
359 Conselho Tutelar, portanto, a comissão já existe e o conselho tem o poder de
360 nomear outras pessoas, sendo assim utilizariam essa comissão para dar
361 continuidade no processo. A mesma coloca em votação para permanecer a
362 Comissão Permanente de Capacitação e Mobilização, Conferência e
363 Processos Eleitorais, os nomeados são Edson dos Santos (Gabinete), Carolina
364 Sônego Spillere (Secretaria Municipal de Assistência Social), Deise Patricio dos
365 Santos Dal Pozzo (Secretaria Municipal de Educação), Santina Arceno Pereira
366 (Associação Beneficente Nossa Casa), Carla Fernanda Medeiros Febel (APAE)
367 e Viviane Hofman Garcia (Casa Guido) e é aprovado por unanimidade. Nada
368 mais havendo a tratar dou por encerrada esta ATA que segue assinada por
369 mim, Pâmela Fidelis Ghisi, secretária-executiva e por todos os presentes.

370 Pâmela Fidelis Ghisi (Secretária-executiva)

371 Edson dos Santos Silva (Gabinete)

372 Beatriz Eyng Jocken de Oliveira (Secretaria Municipal de Educação)

373 Solange Castagnel (Secretaria Municipal de Educação)

374 Carolina Sônego Spillere (Secretaria Municipal de Assistência Social)

375 Juliane Abel Barchisnki (Secretaria Municipal de Assistência Social)

376 Fernanda Cardoso Valentim (Secretaria Municipal de Saúde)

377 Angela Maria Silva (Fundação Municipal de Esportes – FME)

378 Jansen Comin Toledo dos Santos (Procuradoria-Geral do Município)

- 379 Edivilson Manoel Pereira (Associação Academia de Futebol Criciúma)
- 380 Claudiomir dos Santos (Associação Academia de Futebol Criciúma)
- 381 Nádia de Souza Paz (AFASC)
- 382 Nair Medeiros Goularti (AFASC)
- 383 Carla Fernanda Medeiros Febel (APAE)
- 384 Otávio Nunes Neto (Bairro da Juventude)
- 385 Fabiana Pirola Goulart (CIEE)
- 386 Santana Arceno Pereira (Associação Beneficente Nossa Casa)
- 387 Thayara Heitich Pedro (Associação Beneficente Nossa Casa)
- 388 Viviane Hofman Garcia (Casa Guido)
- 389 Mirella Sombrio (Cruzeiro do Sul)